



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001815-44.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Despejo - Despejo para Uso Próprio**  
 Requerente: **Doryneider Octaviano Caruso Stabili**  
 Requerido: **Angela Maria Marciano**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DORYNEIDER OCTAVIANO CARUSO STABILI, qualificada na inicial, ajuizou ação de Despejo em face de Angela Maria Marciano, também já qualificada, alegando que locou à requerida, conforme contrato escrito acostado aos autos, o imóvel situado na Rua Geminiano Costa, 359, Centro, São Carlos, CEP 13560-641, para fins residenciais, mediante aluguel mensal, cujo contrato foi prorrogado automaticamente tornando-se locação por tempo indeterminado.

Ocorreu que a requerente é pessoa idosa, com problemas de saúde e atualmente mora num apartamento que não possui elevadores, o que tem prejudicado sua saúde, razão pela qual necessita do imóvel locado à requerida para uso próprio de moradia.

Pediu, então, a citação da ré para responder ao pedido de rescisão da locação, e, a final, a condenação do requerido a desocupar o imóvel, com fundamento no art. 47, *III*, da Lei nº 8.245/91, bem como ao pagamento das verbas de sucumbência.

A ré, regularmente citada, não ofereceu resposta, deixando-se à revelia.

É o relatório.

**D E C I D O.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil, sendo procedente a pretensão de despejo ante a revelia do locatário, por força do que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessa os fatos alegados pela autora e esta leva à consequência do despejo, devendo desocupar o imóvel no prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 63, § 1º, “b”, da Lei n.º 8.245/91.

Sucumbente, caberá ainda à requerente arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, e **DECRETO O DESPEJO** de Angela Maria Marciano, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de **TRINTA (30) DIAS**, nos termos do art. 63, *caput*, da Lei acima referida; e **CONDENO-A** ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (*dez por cento*) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 21 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**